

**CULTURA, FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO PARANÁ  
(1945-1964).**

Dr. Antônio Marques do Vale – UEPG / Fundação Araucária

## Introdução

O objeto desta pesquisa foi o Paraná (1945-1964), no tempo em que, para acelerar a abertura das suas fronteiras agrícolas, também assumia o próprio povoamento através do incentivo à migração. (1) O Estado buscava atingir o desenvolvimento requerido pelas lideranças nacionais e regionais, sob o signo da expansão do neocapitalismo do Segundo Pós-Guerra. Mais especificamente, a pesquisa considerou a dupla conceitual educação-cultura, indivisível desde que as nações, ou regiões diversas no interior de cada uma, procuravam afirmar a própria autonomia e “diferença”. Depois de findar-se a Grande Guerra, que havia submetido muitas áreas do planeta a dolorosos massacres e provações, o poder se reorganizou, ou com novas dominâncias ou com novos esforços por afirmar identidades políticas nacionais. O capital rearticulou estratégias para o uso e a difusão de modernas tecnologias. Muitos grupos humanos se deslocaram para novos destinos, urbanos ou rurais. A indústria também tendeu a desconcentrar-se, incentivada pelas facilidades de meios de transporte finalmente aperfeiçoados e pelo incremento de mercados consumidores. No Paraná, no período investigado, personagens novos e interesses múltiplos ocuparam o cenário e fizeram notícia. Por esse tempo, o duplo conceito de cultura e educação iria passar por notável atualização. Antonio Gramsci e Jürgen Habermas, com seus textos em perspectiva dialético-crítica e histórico-cultural, ajudaram ao exame aprofundado das tensas relações instauradas quando grupos e inteiras populações buscavam sobreviver ou vencer. Registramos e examinamos conflitos em torno a realidades várias, sobretudo em sua relação com a educação, no período 1945-1964. Registramos também nossa discordância com o uso da obra de John Dewey, uso funcionalista e reproduzidor de interesses. Tem-se de acusar a sua ligação excessiva com os interesses da burguesia industrial, em especial

norte-americana. Uma cultura promove a difusão de si própria e pretende universalizar-se, mas isso é recebido com reservas, porque os conflitos irrompem mesmo à hora de providenciar ensino e escola para um povo.

## 1.

Desde a emancipação, o Paraná já se apresentou como um Estado com muitos rostos e diversidade de situações conflituosas. Também aqui, uma cultura deve ser entendida como um conjunto de práticas, ideologias e valores dos quais diferentes grupos dispõem, para darem sentido às suas circunstâncias e condições de vida, ao seu mundo enfim, fundamentalmente para transformá-lo segundo a parcela de poder de que usufruem. Entretanto, nossa pesquisa tomou posição quanto a uma contradição ativa no período do Pós-Guerra: na reedição do movimento paranista, se tentou forjar um tipo de homem paranaense que pudesse significar unidade de vistas sobre o almejado progresso do Estado. Perguntamos, então: que foi o paranismo? O termo surgiu certamente em analogia com nacionalismo. Romário Martins, justificando ter sido outro e não ele o criador do substantivo *paranista*, atribuiu seu lançamento a Domingos Nascimento, em 1906, com este significado: *natural do Paraná, tomado de amor entraíné pelo seu Estado, por cujo progresso, prestígio e integridade envida todos os esforços.* (2) E segundo: qual a possibilidade de formar o tipo do paranaense? A teoria de Max Weber foi empregada em conexão com o paranismo: um “tipo” ideal favoreceria a criação de hipóteses, que, depois de um empenho para a realização do mesmo tipo, se poderiam confirmar. O modelo miscigenador de Gilberto Freire – do qual discordaria *in toto* Faris Michaele, o defensor das culturas de nossa Indo-América – entrava em ação, pretendendo estimular o trabalho de sufocar diferenças e aumentar a adesão aos projetos governamentais e das elites. (3)

Na verdade, o projeto desenvolvimentista do Paraná do Pós-Guerra, difundido com intensa propaganda e com descaso pelas populações posseiras, atraía, em busca de terra, muitos grupos: paulistas, mineiros, nordestinos, catarinenses, gaúchos; e novos estrangeiros como italianos, poloneses, alemães, ucranianos, libaneses, pessoas de outras

etnias. As regiões culturais se mostraram impressionantemente diversificadas, graças ao tipo de tradição anterior, à ação cultural-educacional, à atividade econômica, aos contatos com a diferença: indígenas, antigos moradores de origem portuguesa e mameluca e argentina, caboclos e negros ou mulatos numerosos, os “cultivadores úteis”, os que procuraram diretamente o ambiente urbano. Até nas próprias cidades em evolução, mesmo a observação superficial averiguou a permanência de conformações culturais variadas.

## 2.

Desde a primeira década do século XX, se tentou esboçar o mapa das culturas do Estado. Obra arriscada. As fronteiras eram diluídas. Indígenas, mamelucos, caboclos, negros, argentinos do extremo Sudoeste: taciturnos, resistentes à miscigenação; e estrangeiros, europeus e de outros continentes, que foram chegando junto com paulistas, gaúchos, mineiros e nordestinos vários. Quanto à posse da terra, o nome de “re-ocupação” tem sido o mais adequado para um processo truculento de titulações superpostas e promessas não cumpridas, com perseguição a anteriores ocupantes, indígenas milenares no seu *habitat* ou antigos posseiros adventícios.

Exemplifica-se. Alguns dados revelam argentinos presentes na região de Pato Branco, em vista da exploração do mate; até se sabe da existência de escola, ali, em 1925, por iniciativa de rico comerciante argentino do mate, Luís Pastoriza. Nessa área, depois, já se documenta a entrada na posse de terra por descendentes de italianos que, chegados de Santa Catarina, precederam de muito os ítalo-gaúchos trazidos do Rio Grande do Sul, no Pós-Guerra, por companhias colonizadoras. Em Pitanga, alguma família de mineiros assinou presença desde 1890, via Guarapuava. Constavam, pois, e por toda parte, estruturas mentais que iriam resistir aos que, posteriormente, ingressariam ostentando papel de compra ou de concessão “legal”. No Sudoeste (1957), como em Porecatu (1950-1951), as “guerras” por conflito de terra catalisaram uma história de grupos que requer novas pesquisas e avaliações. Mesmo no início do século XXI, no Paraná, se fala de grupos

culturais em relação tensa, entre os quais ainda podem melhorar a convivência e a justa cidadania.

### 3.

Como foi dito acima, o risco das idealizações apressadas se põe sempre de tocaia. Por isso, toda teoria crítica evita simplificações. Investigações que já tiveram sua validade mais vezes corroborada confirmam que é possível detectar, no Estado, uma cultura *elaborada* predominante. (4) Origem e fruto, essa cultura revela a prolongada influência dos interesses sócio-econômicos de elites várias; um jeito de ser, analisável na seqüência de marcas profundas: as dominações de tipo colonial, republicano-positivista, pragmático-funcionalista. A história colonial da Quinta Comarca mostrou como havia fincado raízes a pressão pela manutenção da ordem, sinalizada nas milícias populares, que cobriam a ausência de forças oficiais. (5) Quando o assunto era a proteção de fronteiras portuguesas contra a indesejada presença de “espanhóis”, havia a tendência a absorver uma organização militar, e até envolver-se nela voluntariamente. A própria introdução do método escolar lancasteriano dos inícios do Império significou reclamar ordem e progresso. E na República, como desde as campanhas que prepararam o 1889, os ideais de ordem e progresso foram aqui apregoados com insistência, inclusive em confronto com a antiga matriz provincial, São Paulo. E muita idéia de educação se fez científica e pragmática, em conformidade com os inícios industrializantes do século XX e com o prestígio do novo Império econômico norte-americano. O móvel educacional eleito foi, então, o de um pensamento unitário de tendência hegeliano-positivista, adequado a animar elites “produtoras” e a justificar sua predominância através da força do Estado.

### 4.

A história do positivismo ostenta raízes militares, no Paraná, que se posicionou em favor do poder instalado no Rio de Janeiro, como o fez igualmente por ocasião dos fatos da Revolução Federalista de 1894, quando, florianista ou deodorista, se obrigou com a legalidade e contra a força maragata de Gumercindo Saraiva. Nossa pesquisa anotou forte

presença de militares e policiais civis, agentes da ordem, bem como de neo-pitagóricos associados à maçonaria e ao positivismo místico de Davi Carneiro: na primeira metade do século XX, como que disputam espécie de monopólio da leitura, da escrita e da transmissão da história paranaense.

A obra do educador Erasmo Pilotto (1910-1992), *sui generis*, e a de educadores menos nacionalistas dos anos 50, afirmaram um predomínio ideológico europeu e norte-americano. Em 1953, as festividades do Centenário, perpetuadas na edificação estratégica e simbólica do Centro Cívico de Curitiba, projetavam o progresso da agricultura como caminho para a industrialização, e a ordem. Com muito paranismo. Uma intenção política era precaver-se diante dos interesses de São Paulo. Mas prevalecia o intuito de integrar as diversas subculturas que, na resistência ou na recusa, poderiam contar ainda com poucos trunfos. Afinal, o espírito arbitrário dos governos de Getúlio Vargas e do leal Interventor Manuel Ribas, espírito de algum modo avivado pela presença do PSD, ainda soprava influências no Estado. As mudanças visavam ao progresso a qualquer preço; na categoria de progresso o escolanovismo se firmou, vendo expandirem-se os cafezais e ouvindo os reclamos pela industrialização.

## 5.

No Paraná Tradicional, a ordem é expressa de vários modos. No estilo elitista ou militaresco de pensar e governar, no silêncio de quem receia ofender e transgredir, na valorização do trabalho (migrante), na repressão ao vadio. No controle vindo das grandes empresas no Norte Novo, na exaltação interessada das benfeitorias inglesas, somada com monumentos aos mais empreendedores e com descaso pela abnegação laboriosa dos populares. Na ênfase na produtividade alemã (Guarapuava) ou gaúcha (Sudoeste), aliada, como sucedeu também no Norte Novo, à precaução por isolar o caboclo e dispensar para as grandes colonizadoras os terrenos melhores ou já livres de posseiros. O aceleração do progresso, apoiado desde a ONU, se impõe pela ideologia da ordem, da *nova ordem* político-econômica. Aceleração regida por modelo industrializante norte-americano, com

mediação da Escola Nova de John Dewey e discípulos. Para este modelo, a integração dos “diferentes” foi aqui divulgada a partir da experiência modernizadora da Revolução Mexicana. Bem associados e coordenados, esses diferentes haviam de colaborar, produzindo excedentes e não apenas a própria subsistência.

Nossa pesquisa teve inspiração teórica em Gramsci e Habermas. Gramsci conduz ao pensamento de que os grupos e culturas têm de debater a própria organização política, econômica e educacional, para a superação de hegemonias injustas. Qualquer bloco histórico vai querer viabilizar o progresso, mas baseando-se na proposta de intelectuais orgânicos, capacitados a valorizar a participação no poder decisório, participação livre tanto do Sul como do Norte, tanto do homem do campo como do homem da indústria. (6)

Habermas preconizou, em toda a sua obra, o elemento político mais que o dogmático-formal. Discutiu sobre certo tipo de *opinião*, que, por ser tal, *é refuncionalizada para canalizar o assentimento dos governados*. Referiu-se, com isso, ao Estado. Estado que intervém crescentemente na estrutura econômica, a fim de agradar a muitos com o fazer-se *promotor* do progresso e do bem-estar coletivo, bem como das forças produtivas; Estado, porém, que, nos tempos mais recentes, pôde abandonar essa *troca de equivalentes* e satisfazer-se com a ideologia *da ciência e da técnica*. Com esse posicionamento crítico, Habermas concluiu que toda ideologia tende a oferecer o seu tributo, o de *impedir a tematização dos fundamentos do poder*. (7)

Entendemos que os textos de Habermas incitam à busca do diálogo, das soluções políticas favorecidas pelo debate constante, e é isso que orienta qualquer encaminhamento justo das grandes questões ou uma compreensão aceitável do passado.

Contudo, quisemos considerar Habermas por outro lado, exatamente para ressaltar como é dificultoso, e então desafiador, *tematizar os fundamentos do poder*. Num texto de 1998, uma resenha, Habermas deixou transparecer um seu desvio para o pragmatismo. Nós o criticamos, não inocuamente: fazemos ver o quanto cada pensador é contextualizado, aderente, filho da sua própria cultura e do seu mundo. Comentando Dewey, *The quest for certainty* (8), Habermas passa a admiti-lo como pensador igualitário *de ponta a ponta*.

Invocando-o para candidato a patrono da República de Berlim (pós-1989), revela o quanto o amor à Pátria e ao seu projeto de unidade o inclina ao mais puro pragmatismo: Dewey é o patrono, ainda que descuide de aprofundar as *interações sociais*; importante é que mostra *domínio incessante de problemas*, age como *solucionador de problemas*, não agita, mas *estimula*. Agora é um Habermas prático e admirador do Dewey leal com à própria circunstância, ao mundo cotidiano de seu país industrializado. Prático, certifica-se de que o homem busca segurança *em meio a um mundo repleto de perigos*. (9) Viva então Berlim e faça-se a unidade da Comunidade Européia! O resto pode esperar. A solução de Habermas, localizada, não nos pode servir, evidentemente. Conforme suas propostas anteriores, o debate continua; sua inclinação patriótica, até compreensível, não pode suprimir nosso reclamo pela multiculturalidade. Ficamos, porém, numa atitude de forte suspeita, diante de interesses fundamentais de Dewey, como: o industrialismo, o dos Estados Unidos primeiro, que desconsidera a grave pergunta sobre a relação de poder com as outras nações; o Estado, que ele fez prevalecer, sem medidas, ao lhe atribuir função de grande coordenador das mais diversas associações, Estado que dá a *direção*. De tal primazia do Estado, os norte-americanos não abrem mão, e exportam uma democracia “controlada”. Tão experimentais ou mudancistas, portanto, ainda não podem ser as suas propostas educacionais.

## Conclusão

A questão das fronteiras agrícolas, no Paraná da década de 50, se conjuga com a das fronteiras culturais. Desenvolvimento sócio-econômico também não é realidade inócua: obriga aos grupos humanos a refletir nas próprias relações. Por trás de qualquer análise nesse sentido, sempre se acha um referencial teórico. O Paraná, na onda do progresso buscado no Pós-Guerra, adotou um referencial pragmático-positivista, mais do que liberal, para o seu sistema educativo. A tradição positivista vingou, aqui, desde antes da República, embora com variantes. A corrente da Escola Nova, representando um modelo norte-americano de integração com ênfase nos conceitos de unidade e colaboração, procura

renovar a própria hegemonia, como estrutura social de consenso e como verdadeira tecnologia ao serviço da indústria. O exemplo desse apelo de Habermas, à hora de augurar o bom sucesso para a nova organização da Europa e da Alemanha, é sintomático: demonstra que as idéias pragmático-educacionais de John Dewey prosseguem ativas no mundo industrial. Quanto a isso, propomos que Habermas deva ser lido apenas factualmente. Excessos de pragmatismo nos advertem que o poder e o projeto elitistas não admitem facilmente retroceder. Isso conta para os que, em educação, desejam fazer trabalho crítico no Paraná.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES PARA ESTUDO DOS PROBLEMAS DA BACIA DO RIO PARANÁ – em São Paulo, 6-8/set.1951, Palácio dos Campos Elíseos. São Paulo: Subdivisão de Impressão e Fotocópia da Estrada de Ferro Sorocabana, s/d. Os itens indicados com urgência pelo Governador Lucas de Oliveira Garcez, de São Paulo, são: povoamento, viação, energia elétrica.
2. MARTINS, R. Paranística. *A Divulgação*, nº. 3-4: p. 37. fev / mar. 1948.
3. WANKE, E.TH. *Faris Michaele, o Tapejara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1999, p. 146-148.
4. TRINDADE, E.M.C.; ANDREAZZA, M.L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 11-12.
5. IDEM, p. 35-37.
6. Para GRAMSCI, A., ver especialmente: *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982, p. 3-7.
7. FREITAG, B.; ROUANET, S.P. *Habermas: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993, p. 14-15. Citam o *jovem Habermas* (1962) e obras posteriores da década de 1970;
8. Comentário ao livro no capítulo 9. HABERMAS, J. *Era das transições*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2003, p. 177-181, *passim*. A obra comentada, *The quest for certainty*, de John Dewey foi publicada em 1929.
9. IDEM, p. 180.